

Quitinetes no Plano Piloto: o custo social da centralidade



» ALICE ROBERTE DE OLIVEIRA
Doutora em comunicação pela Universidade de Brasília e pesquisadora de condomínios de quitinete na capital federal

Feita sob encomenda, Brasília é uma cidade singular e abriga a maior área tombada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco): o Plano Piloto. Idealizado por Lucio Costa, o local permanece associado à ordem urbanística, à qualidade de vida e a um ideal de convivência entre classes sociais inscrito no projeto modernista. No entanto, um outro modo de morar no centro da capital vem se consolidando: os condomínios de quitinetes. Esses espaços revelam uma tensão profunda entre legalidade urbanística, lucro do mercado imobiliário e a precariedade cotidiana de quem neles vive.

As quitinetes do Plano Piloto não são um fenômeno recente. Resultam de décadas de adaptação improvisada de salas comerciais para uso residencial e, mais recentemente, da construção deliberada de edifícios voltados a uma demanda por moradia central, compacta e relativamente mais barata. Trata-se de uma resposta privada a um problema público: a escassez histórica de moradia acessível em uma área rigidamente protegida pelo tombamento e pressionada pela valorização imobiliária.

Durante anos, esses imóveis existiram em uma zona cinzenta da legalidade. Eram prédios licenciados para uso comercial, mas ocupados como residências. A aprovação do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB), em agosto de 2024, reconheceu e institucionalizou essa prática ao permitir oficialmente o uso misto em setores antes destinados a escritórios e serviços. A regularização, no entanto, não foi acompanhada de um debate público mais amplo sobre as condições de vida produzidas por esse modelo de moradia.

Para o mercado imobiliário, as quitinetes são um produto de alta rentabilidade: unidades pequenas, de rápida ocupação e baixo custo relativo de construção. Para quem mora, a equação é outra. Muitos residentes são trabalhadoras e trabalhadores de Regiões Administrativas distantes ou do Entorno do Distrito Federal, onde o custo social da moradia se expressa em longos deslocamentos, desgaste físico e instabilidade profissional. A quitinete surge, assim, como estratégia de sobrevivência urbana: pequena, limitada, improvisada, mas bem localizada.

Viver em uma quitinete no Plano Piloto significa, para muitos, ganhar tempo para trabalhar, estudar, descansar e manter o emprego. A proximidade do trabalho e do lazer compensa, parcialmente, a falta de conforto e de infraestrutura adequada ao uso residencial. Em diversos condomínios, por exemplo, é proibido o uso de gás de cozinha, e os moradores dependem de fogões elétricos, micro-ondas e air fryer. A precariedade,

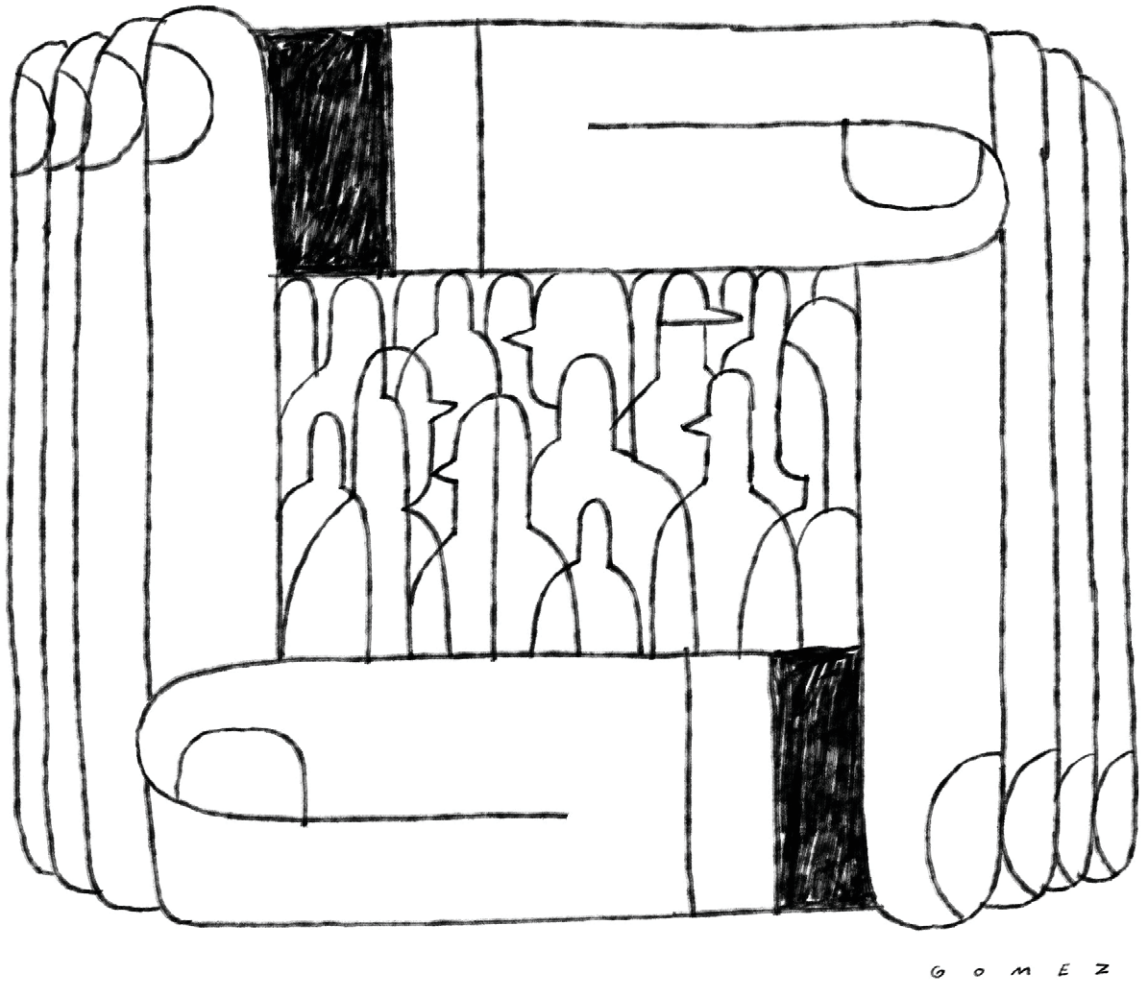
contudo, tende a ser naturalizada como escolha individual, quando é produzida estruturalmente.

Há, nesse processo, uma inversão perversa: o ônus da cidade desigual é deslocado para o corpo e a rotina dos indivíduos. O discurso da “qualidade de vida” passa a justificar a compactação extrema da moradia, enquanto os problemas de mobilidade urbana seguem sem solução por meio de políticas habitacionais inclusivas.

Os condomínios também tensionam o projeto urbanístico de Brasília. Diferentemente das superquadras, concebidas como espaços abertos e integrados à cidade, os condomínios de quitinetes são cercados e controlados, introduzindo no coração do Plano Piloto uma lógica de enclausuramento que o modernismo pretendia evitar.

Apesar de sua popularização, esse modo de morar raramente aparece no debate público. Fala-se muito sobre o deficit habitacional nas periferias, mas pouco sobre as formas precárias de habitar o centro. As quitinetes escancaram uma contradição fundamental de Brasília: para muitas pessoas, acessar a centralidade implica aceitar concessões severas na qualidade da moradia.

As reflexões apresentadas dialogam com minha experiência como ex-moradora de quitinete e pesquisadora do tema, com tese defendida recentemente na Universidade de Brasília (UnB). As quitinetes são, em última instância, um sintoma de uma cidade que preserva sua forma, mas flexibiliza seus usos em favor do mercado, transferindo o custo da desigualdade para quem precisa morar perto do trabalho para viver.



G O M E Z

Diplomas não salvam vidas: o esgotamento do modelo de formação médica no Brasil



» HÉLIO LARANJEIRAS
Procurador de Estado, pedagogo e consultor educacional

O debate sobre a formação médica no Brasil deixou de ser apenas acadêmico e tornou-se um alerta institucional. O diploma de medicina, por si só, já não assegura preparo suficiente para proteger a vida. Essa constatação não se apoia em percepções isoladas ou retórica alarmista, mas em dados objetivos que vêm se acumulando e sendo sistematicamente ignorados. Desempenhos insatisfatórios em exames de revalidação, dificuldades recorrentes de acesso à residência médica e fragilidades evidentes em avaliações práticas revelam falhas reais na formação de parte dos egressos. Em um campo onde o erro produz dano concreto, tratar esse cenário como exceção é uma forma silenciosa de negligência.

Apesar da clareza do diagnóstico, a resposta que tem prevalecido no debate público é marcada por simplificações convenientes. Reduzir a crise da formação médica à expansão do número de cursos ou defender o fechamento indiscriminado de escolas é uma solução politicamente palatável, mas tecnicamente insuficiente. O problema central não está apenas na quantidade de vagas ofertadas, mas no esgotamento de um modelo educacional que já não acompanha a complexidade da medicina contemporânea. A ciência médica avançou de forma acelerada, incorporando

tecnologias, protocolos baseados em evidência, métodos diagnósticos sofisticados e terapias de alta complexidade. O conhecimento se renova continuamente, exigindo profissionais capazes de aprender, decidir e se atualizar ao longo de toda a vida profissional.

Ainda assim, a formação médica no país permanece, em grande parte, prisioneira de um modelo linear, fragmentado e excessivamente conteudista, no qual teoria, prática e avaliação caminham de forma desconectada. Trata-se de um padrão que atravessa todo o sistema e não se restringe a instituições recentes ou privadas. Ele está presente também em escolas tradicionais, públicas e privadas, o que desmonta a narrativa confortável de que o problema se limita a quem oferta o curso. O desafio é estrutural e reside na lógica formativa: certifica-se a presença em etapas formais, mas não se assegura, de modo consistente, a competência profissional.

Durante décadas, o diploma foi compreendido como ponto final de um processo formativo quase definitivo. Essa lógica perdeu sustentação. A medicina do século 21 exige atualização permanente, leitura crítica de evidências, tomada de decisão em ambientes de alta complexidade e compromisso ético contínuo. Nesse contexto, o diploma deixou de ser ponto de chegada e precisa ser tratado como ponto de passagem em um percurso formativo contínuo e verificável. Apostar que a conclusão do curso garante preparo pleno é ignorar a natureza dinâmica da prática médica e comprometer a própria finalidade da profissão: preservar vidas.

O papel do Estado como regulador não é opcional nem decorativo. Regular a formação médica é uma obrigação indelegável quando o objeto

da política pública é a vida humana. A experiência recente demonstra que modelos regulatórios baseados apenas em autorizações administrativas, infraestrutura declarada e critérios formais são insuficientes para garantir qualidade. Limitar vagas sem acompanhar resultados é apenas gestão simbólica. O que protege a sociedade é o monitoramento contínuo da aprendizagem, a avaliação longitudinal de competências, o acompanhamento do desempenho dos egressos e a transparência sobre o impacto real da formação na qualidade do cuidado prestado à população.

A formação médica não pode ser tratada como responsabilidade exclusiva das faculdades, nem como ônus individual do estudante. Tampouco pode ser abandonada à lógica de mercado ou resolvida por medidas administrativas isoladas. É necessário estabelecer um novo pacto entre educação, saúde e Estado, orientado por evidência, responsabilidade compartilhada e compromisso com resultados concretos. Formar melhor não significa formar menos a qualquer custo, mas fazer mais com menos improviso, menos formalismo vazio e menos ilusão de que o diploma encerra o processo formativo.

A crise da formação médica não será resolvida com decisões apressadas nem com soluções que produzem manchetes, mas não resultados. Ela exige coragem institucional para rever modelos, abandonar zonas de conforto e assumir que a proteção da vida começa muito antes do exercício profissional. Quando a formação médica falha, o sistema até resiste, mas o cidadão paga o preço primeiro — e quase sempre sozinho. Esse é um custo alto demais para continuar sendo tratado como detalhe administrativo.

Goiás é terra fértil para empreender



» JOEL DE SANT'ANNA BRAGA FILHO
Secretário de Indústria, Comércio e Serviços de Goiás

Goiás encerrou 2025 com 178.598 novas empresas registradas, superando em mais de 34 mil o recorde anterior. Um resultado que não é fruto do acaso. É consequência de um trabalho consistente de modernização, desburocratização e fortalecimento do ambiente de negócios que vem sendo construído ao longo dos últimos anos. O estado consolidou-se como um dos destinos mais atrativos para quem deseja empreender no Brasil.

Os dados da Junta Comercial revelam uma economia dinâmica e diversificada. Das quase 180 mil empresas abertas no ano passado, 44.497 são de pequeno, médio e grande porte, enquanto 134.101 são microempreendedores individuais. Uma composição que demonstra algo importante: Goiás estimula tanto o pequeno empreendedor que busca formalizar seu negócio quanto atrai o grande investidor que aposta no potencial do estado. O capital social investido, que alcançou R\$ 12,6 bilhões, confirma essa percepção. Desse montante, mais de R\$ 10 bilhões vieram de empresas com capital declarado acima de R\$ 500 mil.

A distribuição geográfica das novas empresas também merece atenção. Goiânia lidera com folga, registrando 59.195 novos empreendimentos. Aparecida de Goiânia e Anápolis vêm na sequência, seguidos por Rio Verde, Valparaíso e Senador Canedo. Dados que indicam que o desenvolvimento econômico não está concentrado apenas na capital. Municípios do interior, com vocações distintas, também participam ativamente desse crescimento. É um sinal de que as oportunidades estão se multiplicando por todo o território goiano.

Outro indicador relevante é a atração de capital estrangeiro. Somente em dezembro, a Juceg registrou 11 novas empresas com participação de ao menos um sócio estrangeiro. Colombianos, irlandeses, chilenos, argentinos, portugueses, venezuelanos, espanhóis e bolivianos escolheram Goiás para investir. A diversidade de origens reflete a confiança internacional no estado. São pessoas que avaliaram diferentes mercados e decidiram que aqui encontrariam as melhores condições para seus negócios.

Resultados não acontecem por sorte. São fruto de políticas públicas voltadas para a simplificação dos processos e a redução da burocracia. A implantação de inteligência artificial (IA) nos processos burocráticos do governo de Goiás é um exemplo concreto de modernização da gestão pública. Na abertura de empresas, a ferramenta reduziu em 50% a fila de processos aguardando análise, de acordo com dados do último ano. Antes eram cerca de 1.400 procedimentos diários. A partir do uso da tecnologia, o salto foi para aproximadamente 700. O tempo de espera para resposta caiu de 48 horas para cerca de 15 horas. A produtividade dos analistas aumentou 30%. São ganhos reais que beneficiam diretamente empreendedores e a economia local.

A ferramenta de inteligência artificial identifica erros comuns nos documentos, como falhas ortográficas e divergências de dados. Não corrige automaticamente, mas aponta onde estão os problemas. Isso permite que o próprio usuário faça os ajustes antes de submeter o processo, evitando idas e vindas desnecessárias. É uma mudança de paradigma: em vez de burocratizar, o Estado passa a facilitar. Em vez de criar obstáculos, oferece soluções.

Todo o processo de abertura de empresas em Goiás é realizado de forma on-line. Abrir uma empresa em menos de 24 horas era impensável há alguns anos atrás. É uma revolução silenciosa que está transformando a vida de milhares de empreendedores. Quem tem uma boa ideia não precisa mais esperar semanas para começar a trabalhar. A agilidade do Estado acompanha a velocidade do mercado.

Goiás concentra atualmente mais de 1,27 milhão de empresas ativas. A divisão entre MEIs e empresas de outros portes está praticamente equilibrada, com os microempreendedores individuais superando os demais em cerca de 60 mil. Uma base empresarial robusta que é o motor que impulsiona a economia goiana. Gera empregos, distribui renda, arrecada tributos e promove o desenvolvimento dos municípios.

O trabalho de desburocratização iniciado em 2019 pelo governador Ronaldo Caiado continua produzindo resultados. Cada ajuste nos processos, cada ferramenta implementada, cada simplificação adotada contribuem para esse cenário favorável. Não se trata de uma única medida espetacular, mas de um conjunto de ações coordenadas que, somadas, transformam a realidade. É um esforço contínuo que exige persistência e visão de longo prazo.

O recorde de abertura de empresas em 2025 não é um ponto de chegada. É mais um passo em uma trajetória de crescimento sustentável. A meta agora é consolidar os avanços, aperfeiçoar os sistemas e continuar reduzindo os entraves.

Goiás prova que é possível combinar desenvolvimento econômico com eficiência administrativa. Quem escolhe empreender aqui encontra um ambiente preparado para recebê-lo. Infraestrutura logística privilegiada, mão de obra qualificada, incentivos fiscais competitivos e processos ágeis e modernos formam um conjunto difícil de igualar. O estado está pronto para mais um ano de conquistas. Os fundamentos estão postos. Cabe ao poder público e à iniciativa privada continuarem trabalhando juntos para transformar o potencial em realidade.